

Preocupações de FH

• Fernando Henrique adora ser presidente. Gosta de tomar decisões, de conversar com os políticos, do intenso exercício da diplomacia presidencial. Gosta do Palácio da Alvorada, onde nada pela manhã e em cujo parque passeia pelas tardes. Encanta-se com a revoada de passarinhos ao entardecer, acha confortáveis os amplos espaços internos e, quando são demasiados, usa a sala de almoço, escondida atrás de um muro de espelhos.

O gosto pela Presidência da República, é claro, não é somente seu, embora muitos se neguem a confessá-lo. A mensagem de parabéns pela vitória eleitoral que mais o agradou foi um telegrama do senador Darcy Ribeiro. Dizia apenas: "Que inveja!"

Governar, graças à evolução dos povos e ao fim da guerra fria, não implica mais, como no passado, riscos pessoais permanentes. Em Veneza, na Idade Média, o hábito de decapitar os doges na Praça de São Marcos tornou-se tão repetitivo que ninguém mais aceitava o cargo. Tiveram de passar uma lei dizendo que se alguém recusasse a investidura teria os olhos arrancados. Na Bolívia, os golpes de Estado ocorriam, em média, uma vez por ano. Normalmente, os vitoriosos limitavam-se a mandar o vencido para a cadeia ou forçá-lo ao exílio em Buenos Aires. Deve ter havido ocasiões em que dois ou três ex-presidentes se encontraram na Calle Florida e foram tomar café juntos. Houve um, no entanto, que foi enforcado pela população em um lampião da Praça Murilo, a principal da capital La Paz.

Livrar-se do risco de morte não significa liberar-se de qualquer preocupação e o presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar da sua índole otimista, tem algumas.

A principal preocupação de Fernando Henrique hoje é com o controle do déficit público e, em consequência, com as votações do Fundo de Estabilização Financeira e do Orçamento de 1996.

O déficit da União até que não foi tão grande em 1995, diz ele. O déficit dos estados e dos municípios é que aumentou muito mais que o previsto. Por isto é que Governo federal criou uma espécie de FMI para negociar com os estados a maneira de pôr em dia as suas finanças. É claro que alguns governadores estão resistindo a essa espécie de auditoria de suas contas, mas é isso mesmo. Os estados que não aceitarem planos de reestruturação das suas dívidas, oferecendo garantias de privatização de empresas e venda de patrimônio, não devem esperar ajuda federal. Foram as garantias oferecidas e não qualquer favoritismo por Mário Covas que permitiram equacionar o problema de São Paulo com o Banespa.

Controlar os investimentos das estatais é outra preocupação do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na sexta-feira, o assunto foi discutido com a Sest, a secretaria das estatais. As empresas querem investir e crescer. Algumas delas têm crédito suficiente para buscar recursos no mercado internacional. Mas, se o fizerem exageradamente, pressionarão a inflação, através da di-

vida interna, porque o Tesouro é obrigado a emitir títulos para internar os dólares.

A votação do Orçamento é um problema que se torna crônico. Os parlamentares tentam estimar por alto as receitas da União, encaixando nas sobras fictícias as suas emendas. O presidente Fernando Henrique, que conhece essa manobra de longa data, diz que:

1. a pressão dos ministérios para aumentar as suas verbas é tão grande ou maior que a dos parlamentares;

2. a receita não crescerá este ano no mesmo ritmo do ano passado;

3. a União está arrecadando sete bilhões por mês, mas só fica com um bilhão para o seu custeio e investimentos. O resto é distribuído automaticamente para as destinações determinadas pela Constituição Federal. Logo, o que sobra é mínimo.

Os problemas cambiais são acompanhados, mas não preocupam Fernando Henrique. Nos últimos anos o Brasil praticamente dobrou o seu comércio exterior, que hoje é de cerca de 90 bilhões por ano. No entanto, o déficit de três bilhões na balança comercial não é grande e deve ser equilibrado este ano. Em relação à balança de pagamentos, que é altamente deficitária, acha que ela se auto-equilibra com os financiamentos externos.

O que, sim, o preocupa é ter como instrumento de política apenas a taxa de juros. Diz que as principais despesas do Governo federal são os salários, neles incluindo aposentadorias e pensões, e os juros. A rubrica de salários não pode ser alterada antes de aprovadas as reformas que pediu ao Congresso. A rubrica de juros, que estão caindo, pode ser diminuída, mas a diminuição tem limites estreitos. Daí o seu empenho em apressar a votação da reforma da Previdência e, sobretudo, da reforma administrativa. A reforma tributária fica para mais adiante.

Finalmente, a política partidária. Fernando Henrique é visceralmente contra a inchação da bancada do PSDB. Usa um argumento simples: por mais que o número de parlamentares cresça, não chegará nunca a garantir uma maioria. O Governo terá sempre que manter alianças. Logo, é inútil irritar os líderes dos partidos aliados, de cujas bancadas poderiam vir as adesões aos tucanos.

Fernando Henrique quer evitar que o PSDB vire um partido ônibus, como foi o PMDB, aceitando indiscriminadamente quem aparecer, sem preocupações éticas. Diz ele:

— O PSDB tem um estilo próprio, de seriedade no trato da coisa pública. Não podemos perder a nossa marca em troca da ilusão de números de parlamentares.